



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
CNPJ: 08.916.785/0001-59



CAPA DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2020.01.002

Licitação modalidade: Dispensa n.º 001/2020

Objeto: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

FAVORECIDO

W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME.
CNPJ: 14.256.609/0001-30

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei n.º 8.666/ 1993, Art. 24, Inciso I e suas alterações e CF/88

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas destinada aos eventos tradicionais a serem organizados pelo Município.

PROJETO E LOCAÇÃO		SOTEFYS SERVIÇOS LTDA EPP	ENGRENAGEM DE PRODUÇÃO LTDA	BARBOSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	P. TOTAL	P. TOTAL	P. TOTAL
1	ARQUIBANCADA FRONTAL - VESTIÁRIOS - ATLETAS - CAIXA D'ÁGUA - PÓRICO DE ENTRADA -PAINEL DE PROGRAMAÇÃO.	RS 32.000,00	RS 34.900,00	RS 33.500,00
TOTAL		RS 32.000,00	RS 34.900,00	RS 33.500,00

GUSTAVO HENRIQUE SANTOS MENEZES
Presidente da CPL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Exmo. Sr. Prefeito
Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito de Pitimbu/PB

Pitimbu, 07 de Janeiro de 2020

Sirvo-me do presente para encaminhar minha solicitação, no sentido de **AUTORIZAR** a realização de Processo administrativo, para Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

O esporte é uma ferramenta de auxílio no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Jovens e adultos de nossos dias, carentes de valores éticos e morais encontram no esporte incentivo a essas conquistas aliadas a sentimento de cooperação e amizade.

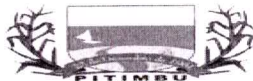
Ante estas necessidades, a Secretaria de Esportes e Prefeitura Municipal propõem desenvolver políticas públicas no âmbito da iniciação esportiva e de atividade física, para serem aplicadas no Município.

O Evento (Campeonato de Beach Soccer), já está consolidado como um dos maiores eventos Esportivos da Região, para o evento no município, em seguida foi realizado uma pesquisa de preço onde o menor valor encontrado foi R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

Sendo só para o momento, despeço-me com cordiais e renovadas saudações.

Atenciosamente,

Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

PREVISÃO FINANCEIRA

Senhor Secretário de Finanças

Em atendimento a solicitação do Secretário de Esportes, Juventude e Lazer no valor estimado de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), solicito com maior brevidade um aval como existe disponibilidade financeira e orçamentária para o custeio da Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

Pitimbu, 07 de Janeiro de 2020.

Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Dotação
Orçamentária e Financeira

Senhor Prefeito,

Informo a V. Ex^a. Que; de acordo com o pedido encaminhado à Tesouraria, no dia 07/01/2020 que existe disponibilidade orçamentária no valor conforme solicitado, no crédito especial no orçamento vigente na rubrica/ 2020:

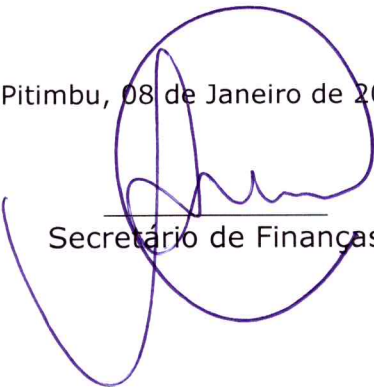
ÓRGÃO SOLICITANTE - 02.180 - Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer – SEJEL.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 02180.21.8122022.2493 - Realização de Torneios e Campeonatos em diversas Modalidades.

DOT.O ORÇAMENTÁRIA - 02180.27.812.2022.2497 - Realização de Campeonato Municipal de Futebol.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 02180.27.818.2028.2518 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer.

ELEMENTO DE DESPESA - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.



Secretário de Finanças



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

AUTORIZAÇÃO

Senhor Presidente da CPL,

Em virtude da Solicitação do Secretário de Esportes, Juventude e Lazer e resposta do Secretário de Finanças do Município que já confirmou a dotação orçamentária e financeira, venho a V.S. autorizar à Abertura do Processo Administrativo para Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

TERMO DE ABERTURA

Ao **OITAVO** dia do mês de **JANEIRO** do ano de **DOIS MIL E VINTE**, o presidente da CPL do Município de Pitimbu, instituído pela Portaria N° 036/2019 de 15 de Maio de 2019, **ABRE** o presente processo administrativo identificado como **DISPENSA N° 001/2020**, a qual será numerada e rubricada por mim, bem como as demais páginas em ordem crescente e sequencial.

Pitimbu, 08/01/2020.

Gustavo Henrique Santos Menezes
Presidente da CPL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Setor de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

De Presidente da Comissão de Licitação

Para Assessoria Jurídica da PMP/PB

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

OBJETO: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

Após, juntada de cópia do ato designativo, instruímos o processo administrativo, tendo como base o disposto no Art. 24, I da LLCA (Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Lei nº 8666/93, republicada em 06/07/94 e suas alterações posteriores) que passam a integrar os autos.

Em sendo assim, considerando o disposto no Parágrafo Único do art. 38 da LLCA, solicitamos que a douta Assessoria jurídica promova o necessário exame dos aspectos jurídicos inerentes e, achando tudo conforme, aprove o procedimento apresentado.


Gustavo Henrique Santos Menezes
Presidente da CPL



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Assessoria Jurídica

Parecer /ASSEJUR

Dispensa de Licitação n.º 001/2020

Interessado: Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer.

Assunto: Dispensa de licitação

ADMINISTRATIVO - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR - EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, (ARENA), DESTINADAS AO CAMPEONATO DE BEACH SOCCER NA CIDADE DE PITIMBU - ART. 24, I, DA LEI 8.666/1993 - POSSIBILIDADE LEGAL.

I - RELATÓRIO

Cuida-se de processo onde se pretende a formalização de contrato administrativo objetivando a Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

O processo iniciou-se através do despacho da Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL, justificando, a necessidade da contratação.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Prefeitura Municipal de Pitimbu
Rua Padre José João, 31 - Centro
58.324-000 - Pitimbu/PB.
E-Mail: administracao@pitimbu.pb.gov.br
www.pitimbu.pb.gov.br



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Assessoria Jurídica

Portanto, a licitação mesmo sendo regra geral e vinculante para Administração, a mesma poderá ser excepcionada em determinadas situações, previstas em lei, entre elas o art. 24, I da lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

No caso concreto, a contratação dos serviços pretendida é no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), portanto, dentro do limite imposto pela Lei no valor de R\$ 33.000,00.

Sendo assim, ao nosso sentir, temos no caso concreto, a permissão da Lei para a contratação direta.

Não obstante, é sabido que os procedimentos de composição de dispensa de licitação são mais simples do que a formalidade constante nas modalidades de licitação, no entanto, mesmo sem o rigor das modalidades licitatórias comuns, à dispensa deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade publicidade e probidade administrativa, imposto à Administração Pública.

Seguindo esse raciocínio, encontramos a lição de Antônio Roque Citadini:

"Conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a inexigibilidade deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo a um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos públicos, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Assessoria Jurídica

Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os Cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)."

Desta forma, embora a Administração tenha poder discricionário na contratação por dispensa de licitação, esta deverá respeitar os princípios básicos da Administração Pública, consagrados no art. 37 da Constituição Federal, como limites ao mesmo poder discricionário.

De outra banda, conforme consta nos autos, a escolha do fornecedor ocorreu após ampla pesquisa de Preços no qual ao final foi selecionada a empresa que ofertou o menor preço.

Também, foram aglutinados o contrato social e regularidade fiscal e trabalhista da empresa que ofertou o menor preço, condições sem a qual, também não se poderia contratar com a Administração.

Há nos autos ainda, a indicação da existência de previsão de recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento decorrente das obrigações contratadas, requisito sem o qual nenhuma contratação poderia ser realizada, por força do disposto no inciso III do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993.

O processo está devidamente autorizado pela autoridade competente e a minuta de contrato, encontra-se redigida em compatibilidade com a legislação regente.

Assim, superada as questões acima, cabe ser ressaltado ainda, que a contratação por dispensa de licitação com base no inciso I do art. 24 exige-se, para a eficácia do ato, ratificação pela autoridade competente e publicação na Imprensa Oficial na forma do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, providência que deverá ser oportunamente levada a efeito.

Por fim, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, bem como, se restringe aos aspectos estritamente legais, sendo de responsabilidade da área técnica as questões meritórias.



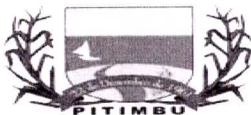
Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Assessoria Jurídica

De todo o exposto, **OPINAMOS** pela regularidade da dispensa sugerida face verificação dos requisitos constantes no art. 24, I, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

Alan Richers de Sousa
OAB/PB n.º 19.942.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
(DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2020)

OBJETO: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

CONTRATADO:

W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ/MF: 14.256.609/0001-30

Valor Total: R\$ 31.500,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 Art. 24, Inciso I e suas alterações posteriores.

RATIFICO nos termos do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 a **Dispensa n.º 001/2020**, em conformidade com o parecer jurídico.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

CONTRATO N.º 006/2020
DISPENSA N.º 001/2020

TÉRMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PITIMBU,
ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA: W L
PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

PARTES CONTRATANTES

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município de PITIMBU, Estado da Paraíba, com Sede na Rua Padre José João, 31 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.916.785/0001-59, ora representado pelo Senhor Prefeito Municipal LEONARDO JOSÉ BARBALHO CARNEIRO, CPF: 397.164.574-72; RG: 944.188 SSP-PB; Residente e Domiciliado na Rua João Quirino dos Santos 49 – Guarita - Pitimbu/PB e de outro lado, como CONTRATADA, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI com sede na Segunda Travessa André Vidal de Negreiros, 102 – Centro – 55.900-000 – Goiana/PB; Inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.256.609/0001-30, representada pelo senhor: Leandro Vieira de Lima, portador do CPF sob n.º 030.738.424-11.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Fundamenta-se o presente instrumento na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, principalmente a proposta da contratada integra o presente termo, independente de transcrição da DISPENSA N.º 001/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 O valor do presente contrato é de **R\$ 31.500,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais)**, conforme proposta anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a executar os serviços, conforme quantitativo solicitado, devendo estar devidamente instalado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, antecedentes ao evento, após o recebimento da nota de empenho, a contar da data de assinatura do contrato, no endereço previamente indicado pela Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL.

CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

4.1 A lavratura do presente contrato decorre do fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

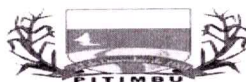
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1 O período de vigência deste contrato será até **30/04/2020**, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado observando os limites estabelecidos em lei.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Caberá ao Município de Pitimbu;

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa;
- b) Impedir que terceiros efetuem a realização dos serviços;
- c) Supervisionar o serviço, por intermédio da Secretaria Municipal solicitante do objeto;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- d) Pedir a correção dos serviços que não satisfaçam as exigências técnicas fornecidas pela Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL;
- e) Disponibilização das informações necessárias, de todos os sistemas envolvidos no processo em questão;
- f) Receber os serviços e verificar se os equipamentos disponibilizados a execução dos serviços estão de pleno acordo com as especificações definidas;
- g) Rejeitar no todo ou em parte, os serviços que a entregar fora das especificações, ou ainda que não atendam as normas de segurança;
- h) Comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na realização dos serviços;
- i) Aplicar penalidades à empresa, por descumprimento das condições estabelecidas;
- j) Efetuar o pagamento à a empresa, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Caberá a empresa;

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, como: salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vale-refeição, vale-transporte, e outras que por ventura venham a ser necessárias ao fornecimento dos bens;
- b) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Pitimbu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega e execução, dos serviços;
- c) Substituir ou sanar, no prazo de imediato, o serviço realizado, ou o equipamento disponibilizado que não tiver atendido as exigências e as características fornecidas pela Secretaria;
- d) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração seja qual for desde que praticada pelos seus empregados quando da entrega/prestação do serviço;
- e) Comunicar ao Município de Pitimbu, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- g) Iniciar a montagem de todos os equipamentos (Arquibancada Frontal, Vestiários-Atletas, Caixa D'Água, Pórtico de Entrada, Painel de Programação), sempre em até 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o evento. Devendo os equipamentos estarem devidamente instalados e prontos para uso, em no máximo 12 (doze) horas que antecedem o evento;
- h) Cumprir rigorosamente as exigências técnicas propostas pela Secretaria;
- i) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer dos seus empregados e prepostos;
- j) Responder pelas despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes a execução do serviço.
- k) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- l) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL;
- m) Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

8.1 À CONTRATADA; caberá ainda;

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
1 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento ou em conexão com ele, ainda que acontecido em alguma dependência do CONTRATANTE;
2 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

3 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes.

8.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a CONTRATADA, renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1 É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE;

9.2 A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da administração do CONTRATANTE;

9.3 É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento/execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS LOCADOS

10.1 Os equipamentos locados deverão ser entregues e devidamente instalados conforme quantitativo solicitado no prazo não superior a 24 horas que antecedem ao evento a que se destina, no endereço indicado pela Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL;

10.2 A empresa vencedora obriga-se a substituir de imediato, sem ônus para o órgão licitante, os equipamentos entregues avariados (com defeito) ou impróprios às exigências ou ainda que a sua instalação não atenda aos padrões de segurança necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO LOCAL; ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

11.1 O objeto deverá ser entregue e instalado no endereço indicado pela Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL, conforme calendário, ou outro endereço antecipadamente informado pela secretaria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DOS EQUIPAMENTOS

12.1 Será verificada a conformidade dos equipamentos objeto do serviço em relação à especificação;

12.2 Verificada a não conformidade dos equipamentos e materiais permanentes, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos mesmos imediatamente, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Durante a vigência deste contrato, o fornecimento dos equipamentos será acompanhado e fiscalizado através de um servidor designado para esse fim pela Secretaria solicitante, representando o CONTRATANTE;

13.2 O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento, determinando-se o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

13.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

13.4 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representa-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESPESA

14.1 A despesa com os equipamentos e materiais permanentes, mediante emissão de nota de empenho, está a cargo da seguinte dotação orçamentária:

02.180 – Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer – SEJEL.

02180.21.8122022.2493 – Realização de Torneios e Campeonatos em diversas Modalidades.

02180.27.812.2022.2497 – Realização de Campeonato Municipal de Futebol.

02180.27.818.2028.2518 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer.

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

15.1 Realizado, o fornecimento e aceitos os equipamentos locados, à CONTRATADA apresentará Nota Fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, em conformidade com o cronograma da Secretaria de Finanças;

15.2 O CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os equipamentos não estiverem em perfeitas condições ao uso, e/ou, de acordo com as especificações apresentadas;

15.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, desde que haja interesse da administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1 O atraso injustificado no fornecimento ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA À MULTA DE **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia e por ocorrência, até o máximo de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

17.2 Pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções;

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção anterior.

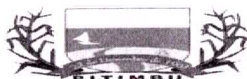
17.3 Ficará impedida de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Não manter a proposta, injustificadamente;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal.

17.4 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas:

- Pela não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato;
- Pela demora em substituir os equipamentos que forem rejeitados, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da comunicação;
- Pela recusa injustificada de assinar o contrato;
- Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos;
- Pela não entrega do objeto, caracterizando-se a falta se o fornecimento dos equipamentos não se efetivar dentro do prazo estabelecido na proposta e não houver justificativa ou comunicação por parte da CONTRATADA.

17.5 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, em relação a um dos eventos, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

17.6 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Pitimbu poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

18.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração do CONTRATANTE;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

18.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

OBSERVAÇÃO:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo **Foro da Comarca de CAAPORÁ**, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (Três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

PITIMBU, 08 de JANEIRO de 2020.

Município: PITIMBU

LEONARDO JOSÉ BARBALHO CARNEIRO
PREFEITO CONTRATANTE

W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ/MF sob o n.º 14.256.609/0001-30

Leandro Vieira de Lima

CPF sob nº 030.738.424-11

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.º _____
RG N.º _____

2.º _____
RG N.º _____

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
CNPJ: 08.916.785/0001-59

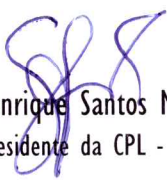


TERMO DE ENCERRAMENTO

No NONO dia do mês de JANEIRO do ano de DOIS MIL E VINTE, o presidente da CPL do Município de Pitimbu, instituído pela Portaria N° 036/2019 de 15/05/2019, ***ENCERRA*** o respectivo Processo administrativo identificado como ***DISPENSA 001/2020***, sendo esta página a última e corresponde ao número _____, que como as demais foram numeradas e rubricadas pelo presidente.

E, para constar à legalidade deste documento será assinado por mim.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.


Gustavo Henrique Santos Menezes
- Presidente da CPL -



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete do Prefeito

DIÁRIO OFICIAL

ANO XVIII PITIMBU, 09 DE JANEIRO DE 2020 EDIÇÃO N.05

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito Constitucional

Wuilians Jonys Tavares Gabi
Secretário de Administração

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
Rua Padre José João, 31, Centro, Pitimbu – PB CEP
58.324-000 Fone/Fax (83) 3299-1016 CNPJ
08.916.785/0001-59

DIÁRIO OFICIAL DE PITIMBU
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Criado pela Lei Municipal nº 106, de 13.12.2002
(Distribuição Gratuita)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA (DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2020)

OBJETO: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

CONTRATADO:

W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ/MF: 14.256.609/0001-30
Valor Total: R\$ 31.500,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 Art. 24, Inciso I e suas alterações posteriores.

RATIFICO nos termos do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 a **Dispensa n.º 001/2020**, em conformidade com o parecer jurídico.

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

Leonardo José Barbalho Carneiro
Prefeito

EXTRATO

CONTRATO Nº 006/2020
DISPENSA N. 001/2020

Pitimbu, 08 de Janeiro de 2020.

OBJETO: Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas, (ARENA), destinadas ao Campeonato de Beach Soccer na Cidade de Pitimbu.

CONTRATADO:
W L PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ/MF sob o n.º 14.256.609/0001-30

R\$ 31.500,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais)
Vigência: 30/04/2020.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:
02.180 - Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer - SEJEL.
02180.21.8122022.2493 - Realização de Torneios e Campeonatos em diversas Modalidades.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Pitimbu
Gabinete do Prefeito

DIÁRIO OFICIAL

ANO XVIII PITIMBU, 09 DE JANEIRO DE 2020 EDIÇÃO N.05

02180.27.812.2022.2497 - Realização de Campeonato Municipal de Futebol.

02180.27.818.2028.2518 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer.

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

----- FIM DA EDIÇÃO -----